

A GINÁSTICA PARA TODOS COMO UM CONTEÚDO DE DIREITO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

GYMNASTICS FOR ALL AS SUBJECT AND A RIGHT IN THE SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

Ingrid Stainki de Sá
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Lucas Vargas Bozzato,
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Andrize Ramires Costa,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Grupo de Estudos e Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ginástica e Infância - NEPGI/UFPeI-UFSC.

Resumo

Considerando a Ginástica Geral/Ginástica para Todos como um conteúdo de direito dos alunos dos anos iniciais, normatizado pela BNCC, e que por distintos fatores não é assegurado aos mesmos. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar a Ginástica para Todos na escola como um conteúdo de direito dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Propomos aqui elementos de reflexão para que possamos superar o atual contexto de quase inexistência da ginástica no ambiente escolar.

Palavras-Chave: *ginástica para todos; direitos de aprendizagem; educação física escolar;*

Abstract

Considering Gymnastics for All as subject for elementary school students and a right regulated by the BNCC, and for different reasons is not guaranteed to them. This study aims to identify and analyze Gymnastics for All at School as a subject and a right for students from the 1st to the 5th year of Elementary School. Here we propose elements for reflection so that we can overcome the current context of almost non-existence of gymnastics in the school environment.

Keywords: *gymnastics for all; learning rights; school physical education;*

1. INTRODUÇÃO

A ginástica como conhecemos atualmente se expandiu fortemente no século XIX, possibilitando um olhar científico para esta manifestação. A mesma se mostrou como um meio promissor para atender aos propósitos da Educação Física (EF) na época, já que foi sistematizada pelos mesmos princípios, de regenerar a raça, desenvolver a moral e o sentimento patriótico. Propósitos estes, estabelecidos e almejados pela sociedade

burguesa que disseminava sua visão de corpo, sujeito e sociedade, baseado em um conceito higienista (SOARES, 1994).

Por muito tempo a ginástica esteve fortemente presente nas aulas de EF, e os exercícios ginásticos desenvolvidos nas aulas tinha um caráter fortemente militarista (AYOUB, 2013). Entretanto, com o advento da EF desportiva generalizada e uma nova maneira de sistematizar seus conteúdos, em meados da década de 40, a ginástica já não atendia os objetivos da EF, e a mesma foi perdendo espaço dentro da escola (MARINHO, 1981).

Diversos autores (AYOUB, 2013; PAOLIELLO, 2008; SCHIAVON e NISTA-PICCOLO, 2007; COSTA et al., 2016) nos permitem analisar que a Ginástica não se faz presente, ou não é contemplada, em sua plenitude no contexto das aulas de EF. Este conteúdo que por muito tempo foi sinônimo de EF escolar (AYOUB, 2013) foi gradativamente sendo substituído pelos jogos e esportes. No entanto, há um consenso na literatura quanto às potencialidades da ginástica quando tratada de forma pedagógica no contexto escolar, para além de fatores biológicos, mas também a própria expressão e comunicação corporal (GAIO; GÓIS; BATISTA, 2010).

Dentre as modalidades que a ginástica comporta, destacamos a Ginástica para Todos(GPT), a qual possui um potencial educativo deslumbrante, devido a multiplicidade de elementos e manifestações que esta comporta, oportunizando à criança estímulos e desafios no ambiente educacional. A GPT é uma prática de caráter lúdico, de grupo que considera e valoriza diversas culturas, idades, gênero, etnias e se nutre de jogos, brincadeiras, danças e das mais diversas manifestações da cultura de movimento (AYOUB, 2013). Assim, pensando na escola como um local de distintas culturas e possibilidades, uma prática que preze pela colaboração e interação, não só é necessária como também um direito.

A ginástica aqui defendida como um conteúdo a ser trabalhado na escola não é apenas uma proposição, mas sim uma norma, encontrada na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC)(BRASIL, 2018), a qual orienta toda a Educação Básica brasileira. Portanto é constitucionalmente direito do aluno aprender os conteúdos da Ginástica Geral (GG), nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) (BRASIL, 2018,p.225).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo identificar e analisar a Ginástica para Todos na escola como um conteúdo de direito dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Assim, nos propomos a trazer elementos de reflexão para que possamos superar o atual contexto de quase inexistência da ginástica no ambiente escolar.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo é classificado como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, o qual tem por objetivo promover maior domínio e entendimento do problema evidenciado para torná-lo mais explícito. Em muitos casos, o que se apresenta neste estudo, a pesquisa exploratória envolve uma investigação bibliográfica e a análise de exemplos de forma a oportunizar a compreensão (GIL, 2002). Portanto utilizou-se um levantamento bibliográfico sobre estudos que tratam da GPT desde sua origem, inserção no contexto escolar, assim como, desdobramentos e problemáticas da mesma como um conteúdo das aulas de EF.

Para uma melhor compreensão quanto ao direito da ginástica como um conteúdo a ser trabalhado no ambiente escolar, foi utilizado como fonte o documento da BNCC, o qual normatiza e elabora a cronologia de conteúdos de aprendizagens essenciais para os

estudantes da educação básica. Este documento aborda a GPT como um objeto de conhecimento a ser desenvolvido no decorrer das aulas de EF.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O documento da BNCC define para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental a “Ginástica Geral” como objeto de conhecimento destinado para a unidade temática de Ginástica. A utilização do termo “GG” foi percebida com estranhamento na divulgação da BNCC, visto que a nomenclatura não era mais utilizada (COSTA; GOMES, 2020). A mesma foi alterada para “Ginástica para Todos” em 2007, para representar uma prática que envolvesse as diferentes modalidades reconhecidas pela Federação Internacional de Ginástica. O novo termo possibilita melhor compreensão de uma modalidade com diversas possibilidades e que não impõe limite de idade, distinção de gênero, habilidades e culturas (SANTOS, 2009). Ainda que os termos utilizados sejam distintos, na prática, não influenciam em seus objetivos e concepções.

Assim, a GG tem como objetivos melhorar a saúde, a condição física e a interação social e possui como principais características sua abrangência, já que não possui limitação quanto ao número de participantes, não possui regras rígidas pré estabelecidas e objetiva a participação de todos, não havendo vencedor (AYOUB, 2013). A GG na escola significa, segundo Ayoub (2013), a possibilidade de vivenciar, compreender, problematizar e aprender diferentes interpretações da ginástica e assim buscar novos significados e expressões gímnicas.

Torna-se perceptível que GPT, no contexto escolar, é um conteúdo de direito dos alunos, assegurado pela BNCC, e por documentos anteriores a este, os quais também o normatizava (BRASIL, 1998); sendo assim, o mesmo deve ser garantido nas aulas de EF da educação básica, permitindo os alunos acesso a esta prática. Entretanto estudos como o de Costa e Gomes (2020), o qual averiguou que 82,2% dos alunos de estágio curricular supervisionado ministravam ou pretendiam ministrar em suas aulas modalidades esportivas coletivas, como: basquete, vôlei, handebol e futsal; enquanto apenas 11,1% dos alunos relataram a GG como opção de trabalho, evidenciam que a ginástica não está presente nas aulas de EF.

Corroborando assim, com estudos que relatam que a Ginástica muitas vezes não é desenvolvida ou é desenvolvida de maneira incorreta, não a compreendendo em sua totalidade, como um conteúdo da EF mas sim como exercícios preparatórios, alongamento ou aquecimento para as aulas (AYOUB, 2013; COSTA, *et al* 2016), dessa maneira, privando as crianças ao acesso deste conteúdo de forma plena e de um direito que lhe é assegurado. Logo, se percebe que o direito de aprendizagem destes alunos não está garantido, já que os mesmos não possuem o devido acesso a este conhecimento. Considerando que a Ginástica para Todos devem se fazer existentes, por caráter normativo, no currículo e nas aulas de EF, por quais motivos isso não se efetiva?

A resposta para esse questionamento está relacionada a diversos fatores: os professores não possuem conhecimento e capacitação adequada e suficiente para desenvolver os conteúdos, Costa e Gomes (2020) verificaram em seu estudo, no qual 71% dos estagiários relataram conhecer a modalidade, que 61,3% destes não tinham conhecimento de uma definição aproximada a da BNCC; e ainda, falta de estrutura, espaço e materiais para as aulas e também a visualização da ginástica como uma modalidade de alto rendimento e não como uma prática a ser desenvolvida na escola

(COSTA et al., 2016), a visualização da mesma pelo olhar das manifestações gímnicas competitivas acarreta na falta de compreensão da ginástica como uma prática para todos.

Portanto, podemos ver que essa situação pode estar relacionada à própria formação de professores de EF, os quais não possuem um aprendizado consistente quanto aos conteúdos gímnicos, refletindo no atual cenário tímido da GPT em âmbito escolar. Por outro lado, a falta de conhecimentos e vivências na escola faz com que o graduando se depare com a ginástica apenas no Ensino Superior e, desse modo, por não vivenciar os valores como aluno, o mesmo não tem confiança o suficiente para passar estes para seus futuros alunos da escola.

A BNCC é um documento que tem como objetivo promover uma padronização nos conteúdos trabalhados na educação básica em todo o país. Ao analisarmos o documento foi possível verificar que a Ginástica Para Todos, embora apareça na BNCC (BRASIL, 2018, p.217) de uma forma ampla quanto aos seus aspectos, desconsidera a própria identidade inclusiva que esta manifestação se propõe quanto às questões de gênero, sexo e cultura. A homogeneização deste tipo de conteúdo não considera a realidade escolar, onde há grande número de grupos e identidades sociais que a compõem. Não apresentar o conteúdo da ginástica para todos como sendo para todos, resulta nos erros que a EF já cometeu com a ginástica, quando voltava seus objetivos apenas para o desempenho.

Corroborando com Novaes, Triani e Telles (2020), não se deve afirmar que os direitos de aprendizagem estão assegurados com a publicação de um documento, pois essas aprendizagens são transformadas em bens a serem adquiridos, e a educação em um produto a ser consumido. Dessa forma, o Estado “faz o seu papel” garantindo o ensino dessas aprendizagens essenciais e a responsabilidade pela aprendizagem recai sobre as escolas professores e alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, é possível perceber que a BNCC estabelece a obrigatoriedade de abordar a GG/GPT na EF, da mesma forma que documentos anteriores já estabeleciam, e isso não tem sido o suficiente para que este direito seja de fato assegurado. Corroborando com Arendt (1972) não é possível criar o novo utilizando o velho, ou seja, normatizar as aprendizagens essenciais para todos os estudantes não torna possível assegurar a efetividade das mesmas se as condições para promover e desenvolver esses conteúdos continuam as mesmas.

Os alunos de todas as etapas, são seres sociais e políticos que possuem direito de acesso ao conhecimento, sendo assim, é um dever dos adultos apresentar o mundo para as crianças (ARENDDT, 1972). De tal maneira, a presença da GPT na escola se manifesta como um fator político, logo que, para a maioria dos estudantes da Educação Básica é nas aulas de EF a única oportunidade de conhecer, experimentar e vivenciar esta prática corporal.

5. REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247. 1ª edição (Between past and future).

AYOUB, E. **Ginástica geral e educação física escolar**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> . acesso em: 25 de junho 2021.

COSTA, A. R.; GOMES, C. P.. **Ginástica geral na BNCC: percepção de alunos de licenciatura em educação física**. *Corpoconsciência*, v. 24, n. 01, p. 142-152, jan./ abr., 2020.

COSTA, A. R. *et al.* **Ginástica na escola: Por onde ela anda professor?**. *Conexões* Campinas, SP v. 14 n. 4 p. 76-96 out./dez. 2016

GAIO R.; GÓIS, A. A.; BATISTA, J. C. F. **A ginástica em questão: corpo e movimento**. - 2.ed. - São Paulo: Phorte, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINHO, I. P. **Educação física, recreação e jogos**. 3° ed. São Paulo: Cia. Brasil, 1981.

NOVAES, R. C.; TRIANI, F. S.; TELLES, S. C. C.; **A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular: Desconstruindo o discurso neoliberal**. *Revista Humanidades e Inovação* v.7, n.10 - 2020.

PAOLIELLO, E. **Ginástica geral: experiências e reflexões**. São Paulo: Phorte, 2008.

SANTOS, J. C. E. **Elaboração de coreografias e Organização de Festivais**. Jundiaí: Fontoura, 2009.

SCHIAVON, L. M.; NISTA-PICCOLO, V. L. **A ginástica vai à escola**. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 131-150, 2007.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores associados, 1994.